

No. 13164

BRAZIL
and
PARAGUAY

Treaty concerning the hydroelectric utilization of the water resources of the Paraná River owned in condominium by the two countries, from and including the Salto Grande de Sete Quedas or Salto del Guairá, to the mouth of the Iguassu River (with annexes and exchanges of notes). Signed at Brasília on 26 April 1973

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 21 March 1974.

BRÉSIL
et
PARAGUAY

Traité concernant la mise en valeur hydro-électrique des eaux du Paraná relevant de la souveraineté commune du Brésil et du Paraguay à partir du Salto Grande de Sete Quedas ou Salto del Guairá jusqu'à l'embouchure de l'Iguaçu (avec annexes et échanges de notes). Signé à Brasília le 26 avril 1973

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 21 mars 1974.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA O APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO RIO PARANÁ, PERTENCENTES EM CONDOMÍNIO AOS DOIS PAÍSES, DESDE E INCLUSIVE O SALTO GRANDE DE SETE QUEDAS OU SALTO DE GUAIRÁ ATÉ A FOZ DO RIO IGUAÇU

O Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, e o Presidente da República do Paraguai, General-de-Exército Alfredo Stroessner,

Considerando o espírito de cordialidade existente entre os dois países e os laços de fraternal amizade que os unem;

o interesse comum em realizar o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu;

o disposto na Ata Final firmada em Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, quanto à divisão em partes iguais, entre os dois países, da energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná no trecho acima referido;

o disposto no Artigo VI do Tratado da Bacia do Prata;

o estabelecido na Declaração de Assunção sobre o aproveitamento de rios internacionais, de 3 de junho de 1971;

os estudos da Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá constituída em 12 de fevereiro de 1967;

a tradicional identidade de posições dos dois países em relação à livre navegação dos rios internacionais da Bacia do Prata;

Resolveram celebrar um Tratado e, para este fim, designaram seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mario Gibson Barboza;

O Presidente da República do Paraguai ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Raúl Sapena Pastor;

os quais, tendo trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo I. As Altas Partes Contratantes convêm em realizar, em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado e seus Anexos, o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu.

Artigo II. Para os efeitos do presente Tratado entender-se-á por:

- a) Brasil, a República Federativa do Brasil;
- b) Paraguai, a República do Paraguai;

c) Comissão, a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá constituída em 12 de fevereiro de 1967;

d) ELETROBRÁS, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, do Brasil, ou o ente jurídico que a suceda;

e) ANDE, a Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, ou o ente jurídico que a suceda;

f) ITAIPU, a entidade binacional criada pelo presente Tratado.

Artigo III. As Altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada ITAIPU, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidroelétrico a que se refere o Artigo I.

§ 1.º A ITAIPU será constituída pela ELETROBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu Anexo A e nos demais Anexos.

§ 2.º O Estatuto e os demais Anexos poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos.

Artigo IV. A ITAIPU terá sedes em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

§ 1.º A ITAIPU será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva integrados por igual número de nacionais de ambos países.

§ 2.º As atas, resoluções, relatórios ou outros documentos oficiais dos órgãos de administração da ITAIPU serão redigidos nos idiomas português e espanhol.

Artigo V. As Altas Partes Contratantes outorgam concessão à ITAIPU para realizar, durante a vigência do presente Tratado, o aproveitamento hidroelétrico do trecho do rio Paraná referido no Artigo I.

Artigo VI. Formam parte do presente Tratado:

- a) o Estatuto da entidade binacional denominada ITAIPU (Anexo A);
- b) a descrição geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares, com as eventuais modificações que se façam necessárias (Anexo B);
- c) as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU (Anexo C).

Artigo VII. As instalações destinadas à produção de energia elétrica e as obras auxiliares não produzirão variação alguma nos limites entre os dois países, estabelecidos nos Tratados vigentes.

§ 1.º As instalações e obras realizadas em cumprimento do presente Tratado não conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, direito de propriedade ou de jurisdição sobre qualquer parte do território da outra.

§ 2.º As autoridades declaradas respectivamente competentes pelas Altas Partes Contratantes estabelecerão, quando for o caso e pelo processo que julgarem adequado, a sinalização conveniente, nas obras a serem construídas, para os efeitos práticos do exercício de jurisdição e controle.

Artigo VIII. Os recursos necessários à integralização do capital da ITAIPU serão supridos, à ELETROBRÁS e à ANDE, respectivamente, pelo Tesouro brasileiro e pelo Tesouro paraguaiá ou pelos organismos financiadores que os Governos indicarem.

Parágrafo único. Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, com o consentimento da outra, adiantar-lhe os recursos para a integralização do capital, nas condições estabelecidas de comum acordo.

Artigo IX. Os recursos complementares aos mencionados no Artigo VIII, necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pelas Altas Partes Contratantes ou obtidos pela ITAIPU mediante operações de crédito.

Artigo X. As Altas Partes Contratantes, conjunta ou separadamente, direta ou indiretamente, na forma que acordarem, darão à ITAIPU, por solicitação desta, garantia para as operações de crédito que realizar. Assurarão, da mesma forma, a conversão cambial necessária ao pagamento das obrigações assumidas pela ITAIPU.

Artigo XI. Na medida do possível e em condições comparáveis, a mão-de-obra, especializada ou não, os equipamentos e materiais, disponíveis nos dois países, serão utilizados de forma equitativa.

§ 1.º As Altas Partes Contratantes adotarão todas as medidas necessárias para que seus nacionais possam empregar-se, indistintamente, em trabalhos efetuados no território de uma ou de outra, relacionados com o objetivo do presente Tratado.

§ 2.º O disposto neste Artigo não se aplicará às condições acordadas com organismos financiadores, no que se refira à contratação de pessoal especializado ou à aquisição de equipamentos ou materiais. Tampouco se aplicará o disposto neste Artigo se necessidades tecnológicas assim o exigirem.

Artigo XII. As Altas Partes Contratantes adotarão, quanto à tributação, as seguintes normas:

- a) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, à ITAIPU e aos serviços de eletricidade por ela prestados;
- b) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os materiais e equipamentos que a ITAIPU adquira em qualquer dos dois países ou importe de um terceiro país, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais a ITAIPU seja parte;
- c) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os lucros da ITAIPU e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica, sempre que os pagamentos de tais impostos, taxas e empréstimos compulsórios sejam de responsabilidade legal da ITAIPU;
- d) não porão nenhum entrave e não aplicarão nenhuma imposição fiscal ao movimento de fundos da ITAIPU que resultar da execução do presente Tratado;
- e) não aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos no item (b) deste Artigo;
- f) serão admitidos nos territórios dos dois países os materiais e equipamentos aludidos no item (b) deste Artigo.

Artigo XIII. A energia produzida pelo aproveitamento hidroelétrico a que se refere o Artigo I será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, na forma estabelecida no Artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo.

Parágrafo único. As Altas Partes Contratantes se comprometem a adquirir, conjunta ou separadamente na forma que acordarem, o total da potência instalada.

Artigo XIV. A aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU será realizada pela ELETROBRÁS e pela ANDE, que também poderão fazê-la por intermédio das empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias que indicarem.

Artigo XV. O Anexo C contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU.

§ 1.º A ITAIPU pagará às Altas Partes Contratantes, em montantes iguais, *royalties* em razão da utilização do potencial hidráulico.

§ 2.º A ITAIPU incluirá, no seu custo de serviço, o montante necessário ao pagamento de rendimentos sobre o capital.

§ 3.º A ITAIPU incluirá, outrossim, no seu custo de serviço, o montante necessário para remunerar a Alta Parte Contratante que ceder energia à outra.

§ 4.º O valor real da quantidade de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao pagamento dos *royalties*, dos rendimentos sobre o capital e da remuneração, estabelecida no Anexo C, será mantido constante, para o que a dita quantidade acompanhará as flutuações do dólar dos Estados Unidos da América, referido ao seu padrão de peso e título, em ouro, vigente na data da troca dos Instrumentos de Ratificação do presente Tratado.

§ 5.º Este valor com relação ao peso e título em ouro do dólar dos Estados Unidos da América poderá ser substituído, no caso em que a mencionada moeda deixe de ter referida sua paridade oficial em relação ao ouro.

Artigo XVI. As Altas Partes Contratantes manifestam seu empenho em estabelecer todas as condições para que a entrada em serviço da primeira unidade geradora ocorra dentro do prazo de oito anos após a ratificação do presente Tratado.

Artigo XVII. As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidroelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos.

§ 1.º A delimitação de tais áreas estará a cargo da ITAIPU, *ad referendum* das Altas Partes Contratantes.

§ 2.º Será de responsabilidade da ITAIPU o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas.

§ 3.º Nas áreas delimitadas será livre o trânsito de pessoas que estejam prestando serviço à ITAIPU, assim com o de bens destinados à mesma ou a pessoas físicas ou jurídicas por ela contratadas.

Artigo XVIII. As Altas Partes Contratantes, através de protocolos adicionais ou de atos unilaterais, adotarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente Tratado, especialmente as que digam respeito a aspectos:

- a) diplomáticos e consulares;
- b) administrativos e financeiros;
- c) de trabalho e previdência social;
- d) fiscais e aduaneiros;
- e) de trânsito através da fronteira internacional;
- f) urbanos e habitacionais;
- g) de polícia e de segurança;

h) de controle do acesso às áreas que se delimitem em conformidade com o Artigo XVII.

Artigo XIX. O foro da ITAIPU, relativamente às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no Brasil ou no Paraguai, será, respectivamente, o de Brasília e o de Assunção. Para tanto, cada Alta Parte Contratante aplicará sua própria legislação, tendo em conta as disposições do presente Tratado e de seus Anexos.

Parágrafo único. Em se tratando de pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou com sede fora do Brasil ou do Paraguai, a ITAIPU acordará as cláusulas que regerão as relações contratuais de obras e fornecimentos.

Artigo XX. As Altas Partes Contratantes adotarão, por meio de um protocolo adicional, a ser firmado dentro de noventa dias contados a partir da data da troca dos Instrumentos de Ratificação do presente Tratado, as normas jurídicas aplicáveis às relações e trabalho e previdência social dos trabalhadores contratados pela ITAIPU.

Artigo XXI. A responsabilidade civil e/ou penal dos Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos e demais empregados brasileiros ou paraguaios da ITAIPU, por atos lesivos aos interesses desta, será apurada e julgada de conformidade com o disposto nas leis nacionais respectivas.

Parágrafo único. Para os empregados de terceira nacionalidade proceder-se-á de conformidade com a legislação nacional brasileira ou paraguaia, segundo tenham a sede de suas funções no Brasil ou no Paraguai.

Artigo XXII. Em caso de divergência quanto à interpretação ou à aplicação do presente Tratado e seus Anexos, as Altas Partes Contratantes a resolverão pelos meios diplomáticos usuais, o que não retardará ou interromperá a construção e/ou a operação do aproveitamento hidroelétrico e de suas obras e instalações auxiliares.

Artigo XXIII. A Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaja, criada em 12 de fevereiro de 1967 com a finalidade de realizar os estudos aludidos no preâmbulo do presente Tratado, manter-se-á constituída até entregar às Altas Partes Contratantes o relatório final da missão que lhe foi confiada.

Artigo XXIV. O presente Tratado será ratificado e os respectivos instrumentos serão trocados, o mais brevemente possível, na cidade de Assunção.

Artigo XXV. O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que estimem conveniente.

EM FÉ DO QUE os Plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Tratado, em dois exemplares, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos.

FEITO na cidade de Brasília, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três.

MARIO GIBSON BARBOZA

RAÚL SAPENA PASTOR

ANEXO A

ESTATUTO DA ITAIPU

Capítulo I. DENOMINAÇÃO E OBJETO

Artigo 1.º A ITAIPU é uma entidade binacional criada pelo Artigo III do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973, e tem como partes:

- a) a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, sociedade anônima de economia mista, brasileira;
- b) a Administración Nacional de Electricidad — ANDE, entidade autárquica paraguaia.

Artigo 2.º O objeto da ITAIPU é o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu.

Artigo 3.º A ITAIPU reger-se-á pelas normas estabelecidas no Tratado de 26 de abril de 1973, no presente Estatuto e nos demais Anexos.

Artigo 4.º A ITAIPU terá, de acordo com o que dispõem o Tratado e seus Anexos, capacidade jurídica, financeira e administrativa, e também responsabilidade técnica, para estudar, projetar, dirigir e executar as obras que tem como objeto, adá-las em funcionamento e explorá-las, podendo, para tais efeitos, adquirir direitos e contrair obrigações.

Artigo 5.º A ITAIPU terá sedes em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

Capítulo II. CAPITAL

Artigo 6.º O capital da ITAIPU será equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), pertencente à ELETROBRÁS e à ANDE em partes iguais e intransferíveis.

Parágrafo único. O capital manter-se-á com valor constante de acordo com o disposto no Parágrafo 4.º do Artigo XV do Tratado.

Capítulo III. ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7.º São órgãos da administração da ITAIPU o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Artigo 8.º O Conselho de Administração compor-se-á de doze Conselheiros nomeados:

- a) seis pelo Governo brasileiro, dos quais um será indicado pelo Ministério das Relações Exteriores e dois pela ELETROBRÁS;
- b) seis pelo Governo paraguaio, dos quais um será indicado pelo Ministério das Relações Exteriores e dois pela ANDE.

§ 1.º O Diretor-Geral e o Diretor-Geral Adjunto, previstos no Artigo 12, também integrarão o Conselho, com voz e sem voto.

§ 2.º As reuniões do Conselho serão presididas, alternadamente, por um Conselheiro de nacionalidade brasileira ou paraguaia e, rotativamente, por todos os membros do Conselho.

§ 3.º O Conselho nomeará dois Secretários, um brasileiro e outro paraguaio, que terão a seu cargo, entre outras atribuições, a de certificar os documentos da ITAIPU em português e em espanhol, respectivamente.

Artigo 9.º Compete ao Conselho de Administração cumprir e fazer cumprir o Tratado e seus Anexos, e decidir sobre:

- a) as diretrizes fundamentais de administração da ITAIPU;
- b) o Regimento Interno;
- c) o plano de organização dos serviços básicos;
- d) os atos que importem em alienação do patrimônio da ITAIPU, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE;
- e) as reavaliações de ativo e passivo, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE, tendo em conta o disposto no Parágrafo 4.º do Artigo XV do Tratado;
- f) as bases de prestação dos serviços de eletricidade;
- g) as propostas da Diretoria Executiva referentes a obrigações e empréstimos;
- h) a proposta de orçamento para cada exercício e suas revisões, apresentadas pela Diretoria Executiva.

§ 1.º O Conselho de Administração examinará o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados, elaborados pela Diretoria Executiva, e os apresentará, com seu parecer, à ELETROBRÁS e à ANDE, conforme o disposto no Artigo 24 deste Estatuto.

§ 2.º O Conselho de Administração tomará conhecimento do curso dos assuntos da ITAIPU através das exposições que serão feitas habitualmente pelo Diretor-Geral ou de outras que o Conselho solicite por seu intermédio.

Artigo 10. O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado, por intermédio dos Secretários, pelo Diretor-Geral ou pela metade menos um dos Conselheiros.

Parágrafo único. O Conselho de Administração só poderá decidir validamente com a presença da maioria dos Conselheiros de cada país e com paridade de votos igual à menor representação nacional presente.

Artigo 11. Os Conselheiros exercerão suas funções por um período de quatro anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1.º A qualquer momento os Governos poderão substituir os Conselheiros que houverem nomeado.

§ 2.º Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Conselheiro, o respectivo Governo nomeará substituto que exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

Artigo 12. A Diretoria Executiva, constituída por igual número de nacionais de ambos países, compor-se-á do Diretor-Geral e dos Diretores Técnico, Jurídico, Administrativo, Financeiro e de Coordenação.

§ 1.º A cada Diretor corresponderá um Diretor Adjunto de nacionalidade brasileira ou paraguaiá, diferente da do titular.

§ 2.º Os Diretores e os Diretores Adjuntos serão nomeados pelos respectivos Governos, por proposta da ELETROBRÁS ou da ANDE, conforme o caso.

§ 3.º Os Diretores e os Diretores Adjuntos exercerão suas funções por um período de cinco anos, podendo ser reconduzidos.

§ 4.º A qualquer momento os Governos poderão substituir os Diretores e os Diretores Adjuntos que houverem nomeado.

§ 5.º Em caso de ausência ou impedimento temporário de um Diretor, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, designará o substituto dentre os demais Diretores, que terá também direito ao voto do Diretor substituído.

§ 6.º Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Diretor, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, indicará o substituto que, uma vez nomeado, exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

Artigo 13. São atribuições e deveres da Diretoria Executiva:

- a) dar cumprimento ao Tratado e seus Anexos, e às decisões do Conselho de Administração;
- b) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
- c) praticar os atos de administração necessários à condução dos assuntos da entidade;
- d) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais de administração;

- e) propor ao Conselho de Administração normas de administração do pessoal;
- f) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, a proposta de orçamento para o seguinte e suas eventuais revisões;
- g) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior;
- h) pôr em execução as normas e as bases para prestação dos serviços de electricidade;
- i) criar e instalar os escritórios técnicos e/ou administrativos que julgar necessários, onde for conveniente.

Artigo 14. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes ao mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor-Geral ou por solicitação, a este, de um dos Diretores.

§ 1.º As resoluções da Diretoria Executiva serão adotadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor-Geral o voto de desempate.

§ 2.º A Diretoria Executiva instalar-se-á no local que julgar mais adequado ao exercício de suas funções.

Artigo 15. A ITAIPU somente poderá assumir obrigações ou constituir procuradores mediante a assinatura conjunta do Diretor-Geral e de outro Diretor.

Artigo 16. Os honorários dos Conselheiros, dos Diretores e dos Diretores Adjuntos serão fixados, atualmente, pela ELETROBRÁS e pela ANDE, de comum acordo.

Artigo 17. O Diretor Geral é o responsável pela coordenação, organização e direção das atividades da ITAIPU e a representará, em juízo ou fora dele, competindo-lhe praticar todos os atos de ordinária administração necessários ao funcionamento da entidade, com exclusão dos atribuídos ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. Cabem-lhe, ademais, os atos de admissão e demissão de pessoal.

Artigo 18. O Diretor Técnico é o responsável pela condução do projeto, construção das obras e operações das instalações.

Artigo 19. O Diretor Jurídico é o responsável pela condução dos assuntos jurídicos da entidade.

Artigo 20. O Diretor Administrativo é o responsável pela administração do pessoal e pela direção dos serviços gerais.

Artigo 21. O Diretor Financeiro é o responsável pela execução da política económico-financeira, de suprimento e de compras.

Artigo 22. O Diretor de Coordenação é o responsável pela condução das gestões administrativas ante as autoridades dos dois países.

Artigo 23. Os Diretores Adjuntos terão as atribuições que, de comum acordo com os respectivos titulares, lhes forem por estes delegadas.

§ 1.º Os Diretores Adjuntos manter-se-ão informados dos assuntos das respectivas Diretorias e informarão sobre o andamento daqueles que lhes forem confiados.

§ 2.º Os Diretores Adjuntos assistirão às reuniões da Diretoria Executiva, com voz e sem voto.

Capítulo IV. EXERCÍCIO FINANCEIRO

Artigo 24. O exercício financeiro encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

§ 1.º A ITAIPU apresentará, até 30 de abril de cada ano, para decisão da ELETROBRÁS e da ANDE, o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior.

§ 2.º A ITAIPU adotará a moeda dos Estados Unidos da América como referência para a contabilização de suas operações. Esta referência poderá ser substituída por outra, mediante entendimento entre os dois Governos.

Capítulo V. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25. Serão incorporados pela ITAIPU, como integralização de capital por parte da ELETROBRÁS e da ANDE, os dispêndios realizados pelas referidas empresas, anteriormente à constituição da entidade, nos seguintes trabalhos:

- a) estudos resultantes do Convênio de Cooperação firmado em 10 de abril de 1970;
- b) obras preliminares e serviços relacionados com a construção do aproveitamento hidroelétrico.

Artigo 26. Os Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos e demais empregados não poderão exercer funções de direção, administração ou consulta em empresas fornecedoras ou contratantes de quaisquer materiais e serviços utilizados pela ITAIPU.

Artigo 27. Poderão prestar serviços à ITAIPU os funcionários públicos, empregados de autarquias e os de sociedades de economia mista, brasileiros ou paraguaios sem perda do vínculo original e dos benefícios de aposentadoria e/ou previdência social, tendo-se em conta as respectivas legislações nacionais.

Artigo 28. O Regimento Interno da ITAIPU, mencionado no Artigo 9.º, será proposto pela Diretoria Executiva à aprovação do Conselho de Administração e contemplará, entre outros, os seguintes assuntos: o regime contábil e financeiro; o regime para a obtenção de propostos, adjudicação e contratação de serviços e obras, e aquisição de bens; normas para o exercício das funções dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Artigo 29. Os casos não previstos neste Estatuto, que não puderem ser resolvidos pelo Conselho de Administração, serão solucionados pelos dois Governos, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE.

ANEXO B

DESCRIÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DESTINADAS À PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DAS OBRAS AUXILIARES

I. OBJETIVO

O objetivo do presente Anexo é descrever e identificar, em suas partes principais, o Projeto do Aproveitamento Hidroelétrico do rio Paraná, no local chamado ITAIPU, daqui por diante denominado Projeto.

Este Anexo foi redigido com base no « Relatório Preliminar » submetido pela Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai aos Governos do Brasil e do Paraguai em 12 de janeiro de 1973.

As obras descritas no presente Anexo poderão sofrer modificações ou adições, inclusive nas suas cotas e medidas, por exigências técnicas que se verificarem durante sua execução. Ademais, se por exigência da mesma natureza ficar demonstrada a necessidade de redução substancial da obra do corrimento da barragem, será considerada a conveniência da execução adicional de outro aproveitamento hidroelétrico a montante, conforme previsto no « Relatório Preliminar » supracitado.

II. DESCRIÇÃO GERAL

1. *Localização.* O Projeto estará situado sobre o rio Paraná, aproximadamente 14 km a montante da ponte internacional que une Foz de Iguaçu, no Brasil, a Porto Presidente Stroessner, no Paraguai.

2. *Disposição geral.* O Projeto estará constituído por uma barragem principal de gravidade, em concreto, através do rio Paraná, com uma casa de força ao pé da barragem, e em barragens laterais de enrocamento e diques de terra em cada margem do rio. A barragem lateral da margem direita inclui a estrutura do vertedor com as respectivas comportas.

As obras do Projeto terão a orientação geral este-oeste, ao longo de um eixo em linha quebrada, com desenvolvimento total de 8,5 km. O nível d'água máximo normal no reservatório foi estabelecido em torno da cota 220 m acima do nível do mar. Este reservatório inundará uma área de aproximadamente 1.400 km² (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai), e estender-se-á, a montante, por cerca de 200 km até e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá.

III. COMPONENTES PRINCIPAIS DO PROJETO

Começando pela margem direita, o Projeto inclui as seguintes partes componentes principais sucessivas:

1. *Dique lateral direito.* Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 700 m e volume de 103.000 m³.

2. *Vertedor.* Um vertedor em concreto, dotado de 14 comportas, com comprimento de 380 m, capaz de vertir até 58.000 m³/s, com canal de acesso escavado a montante do vertedor. Uma calha revestida de concreto conduzirá a descarga do vertedor para o rio Paraná, cerca de 1.500 m a jusante da barragem principal.

3. *Barragem lateral direita.* Uma barragem de enrocamento com coroamento na cota 225 m, comprimento de 800 m e volume de 3.514.000 m³, ligando o vertedor à barragem principal.

4. *Barragem principal e tomada d'água.* A barragem principal será uma estrutura de gravidade, em concreto maciço, com coroamento na cota 224 m, comprimento de 1.400 m e volume de 6.800.000 m³, e ser construída através do rio Paraná e do canal, na margem esquerda, que será escavado para o desvio provisório do rio. A barragem terá 14 aberturas para tomada d'água, providas de comportas. Cada uma dessas tomadas d'água dará acesso a uma turbina, na casa de força, por meio de um conduto forçado.

5. *Casa de força.* A casa de força estará localizada ao pé da barragem principal, com comprimento de 900 m, e comportará 14 unidades geradoras de 765 megawatts cada uma. Quatro destas unidades estarão localizadas na parte da barragem e tomada d'água a serem construídas no canal de desvio. A plataforma superior da casa de força estará na cota 139 m e sobre a mesma serão localizadas as instalações transformadoras para elevar a tensão de geração.

6. *Barragem na margem esquerda.* Uma barragem de gravidade em concreto, com comprimento de 250 m e volume de 1.100.000 m³, que terá aberturas bloqueadas e conexões para construção de uma tomada d'água destinada à expansão eventual da central.

7. *Barragem lateral esquerda.* Uma barragem em enrocamento com coroamento na cota 225 m, comprimento de 2.000 m e volume de 13.145.000 m³.

8. *Dique lateral esquerdo.* Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 3.000 m e volume de 3.115.000 m³.

9. *Dique complementar de Hernandarias.* Um dique menor, de terra, a ser localizado na margem direita, a uma distância de cerca de 4,5 km a oeste da barragem principal, nas proximidades de cidade de Hernandarias. Esse dique se destinará a fechar uma depressão onde poderia ocorrer extravasamento com o reservatório ao nível máximo de enchente.

10. *Subestações seccionadoras.* Duas subestações seccionadoras, a serem localizadas uma em cada margem, a cerca de 600 m a jusante da casa de força.

11. *Obras para navegação.* O Projeto incluirá as obras que forem necessárias para atender aos requisitos do tráfego de navegação fluvial, tais como: terminais e conexões terrestres, eclusas, canais, elevadores, e seus similares.

ANEXO C

BASES FINANCEIRAS E DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
DE ELETRICIDADE DA ITAIPU

I. DEFINIÇÕES

Para os efeitos do presente Anexo entender-se-á por:

1.1. Entidades: a ELETROBRÁS, a ANDE ou as empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias por elas indicadas, conforme o artigo XIV do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973.

1.2. Potência instalada: a soma das potências nominais de placa, expressas em quilowatts, dos alternadores instalados na central elétrica.

1.3. Potência contratada: a potência em quilowatts que a ITAIPU colocará, permanentemente, à disposição da entidade compradora, nos períodos de tempo e nas condições dos respectivos contratos de compra e venda dos serviços de eletricidade.

1.4. Encargos financeiros: todos os juros, taxas e comissões pertinentes aos empréstimos contratados.

1.5. Despesas de exploração: todos os gastos imputáveis à prestação dos serviços de eletricidade, incluídos os gastos diretos de operação e de manutenção, inclusive as reposições causadas pelo desgaste normal, gastos de administração e gerais, além dos seguros contra os riscos dos bens e instalações da ITAIPU.

1.6. Período de operação e faturamento: o mês calendário.

1.7. Conta de exploração: o balanço anual entre a receita e o custo do serviço.

II. CONDIÇÕES DE SUPRIMENTO

II.1. A divisão em partes iguais da energia, estabelecida no Artigo XIII do Tratado, será efetuada por via de divisão da potência instalada na central elétrica.

II.2. Cada entidade, no exercício do seu direito à utilização da potência instalada, contratará com a ITAIPU, por períodos de vinte anos, frações da potência instalada na central elétrica, em função de um cronograma de utilização que abrangerá este período e indicará, para cada ano, a potência a ser utilizada.

II.3. Cada uma das entidades entregará à ITAIPU o cronograma acima referido, dois anos antes da data prevista para a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da central elétrica e dois anos antes do término do primeiro e dos subsequentes contratos de vinte anos.

II.4. Cada entidade tem o direito de utilizar a energia que puder ser produzida pela potência por ela contratada até o limite que será fixado, para cada período de operação, pela ITAIPU. Fica entendido que cada entidade poderá utilizar dita potência por ela contratada, durante o tempo que lhe convier, dentro de cada período de operação, desde que a energia por ela utilizada, em todo esse período, não exceda o limite acima mencionado.

II.5. Quando uma entidade decida não utilizar parte da potência contratada ou parte da energia a esta correspondente, dentro do limite fixado, poderá autorizar a ITAIPU a ceder às outras entidades a parte que assim se tornar disponível, tanto de potência como de energia, no período referido em II.4., nas condições estabelecidas em IV.3.

II.6. A energia produzida pela ITAIPU será entregue às entidades no sistema de barramentos da central elétrica, nas condições estabelecidas nos contratos de compra e venda.

III. CUSTO DO SERVIÇO DE ELETRICIDADE

O custo do serviço de eletricidade será composto das seguintes parcelas anuais:

III.1. O montante necessário para o pagamento, às partes que constituem a ITAIPU, de rendimentos de doze por cento ao ano sobre sua participação no capital integralizado,

de acordo com o Parágrafo 1.º do Artigo III do Tratado e com o Artigo 6.º do Estatuto (Anexo A).

III.2. O montante necessário para o pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos recebidos.

III.3. O montante necessário para o pagamento da amortização dos empréstimos recebidos.

III.4. O montante necessário para o pagamento dos *royalties* às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscientos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoto milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos *royalties* se realizará mensalmente, na moeda disponível pela ITAIPU.

III.5. O montante necessário para o pagamento, à ELETRONÁS e à ANDE, em partes iguais, a título de ressarcimento de encargos de administração e supervisão relacionados com a ITAIPU, calculados no equivalente de cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica.

III.6. O montante necessário para cobrir as despesas de exploração.

III.7. O montante do saldo, positivo ou negativo, da conta de exploração do exercício anterior.

III.8. O montante necessário à remuneração a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente a trezentos dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante. Esta remuneração se realizará mensalmente na moeda disponível pela ITAIPU.

IV. RECEITA

IV.1. A receita anual, decorrente dos contratos de prestação dos serviços de eletricidade, deverá ser igual, em cada ano, ao custo do serviço estabelecido neste Anexo.

IV.2. Este custo será distribuído proporcionalmente às potências contratadas pelas entidades supridas.

IV.3. Quando se verificar a hipótese prevista em II.5 anterior, o faturamento às entidades contratantes será feito em função da potência efetivamente utilizada.

IV.4. Quando não se verificar a hipótese prevista em II.5., e tendo em vista o disposto no Artigo XIII do Tratado em IV.2 acima, a responsabilidade da entidade que contratou a compra será a da totalidade da potência contratada.

V. OUTRAS DISPOSIÇÕES

V.1. O Conselho de Administração, com prévio parecer da ELETRONÁS e da ANDE, regulamentará as normas do presente Anexo, tendo como objetivo a maior eficiência da ITAIPU.

V.2. O valor dos rendimentos sobre o capital, dos *royalties*, do ressarcimento dos encargos e da remuneração mencionados, respectivamente, em III.1, III.4 III.5 e III.8. anteriores, será mantido constante de acordo com o estabelecido no Parágrafo 4.º do Artigo XV do Tratado.

VI. REVISÃO

As disposições do presente Anexo serão revistas, após o decurso de um prazo de cinquenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela ITAIPU para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos países.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY PARA EL APROVECHAMIENTO HIDROELÉCTRICO DE LOS RECURSOS HIDRÁULICOS DEL RÍO PARANÁ, PERTENECIENTES EN CONDOMINIO A LOS DOS PAÍSES, DESDE E INCLUSIVE EL SALTO GRANDE DE SETE QUEDAS O SALTO DEL GUAIRÁ HASTA LA BOCA DEL RÍO YGUAZÚ

— — — — —

El Presidente de la República Federativa del Brasil, General de Ejército Emílio Garrastazu Médici, y el Presidente de la República del Paraguay, General de Ejército Alfredo Stroessner,

Considerando el espíritu de cordialidad existente entre los dos países y los lazos de fraternal amistad que los unen;

el interés común de realizar el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hidráulicos del río Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países, desde e inclusive el Salto del Guairá o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del río Yguazú;

lo dispuesto en el Acta Final firmada en Foz de Yguazú, el 22 de junio de 1966, en lo que respecta a la división en partes iguales, entre los dos países, de la energía eléctrica eventualmente producida por los desniveles del río Paraná en el trecho arriba mencionado;

lo dispuesto en el Artículo VI del Tratado de la Cuenca del Plata;

lo establecido en la Declaración de Asunción sobre aprovechamiento de ríos internacionales, del 3 de junio de 1971;

los estudios de la Comisión Mixta Técnica Brasileño-Paraguaya constituida el 12 de febrero de 1967;

la tradicional identidad de posiciones de los dos países en relación a la libre navegación de los ríos internacionales de la Cuenca del Plata,

Resolvieron celebrar un Tratado y, para ese fin, designaron sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República Federativa del Brasil, al Señor Ministro de Estado de Relaciones Exteriores, Embajador Mario Gibson Barboza;

El Presidente de la República del Paraguay, al Señor Ministro de Relaciones Exteriores, Doctor Raúl Sapena Pastor;

los cuales, habiendo intercambiado sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, convinieron en lo siguiente:

Artículo 1. Las Altas Partes Contratantes convienen en realizar, en común y de acuerdo a lo previsto en el presente Tratado y sus Anexos, el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hidráulicos del río Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países, desde e inclusive el Salto Grande de Sete Quedas o Salto del Guairá hasta la boca del río Yguazú.

Artículo II. Para los efectos del presente Tratado se entenderá por:

- a) el Brasil, la República Federativa del Brasil;
- b) el Paraguay, la República del Paraguay;
- c) Comisión, la Comisión Mixta Técnica Brasileño-Paraguaya constituida el 12 de febrero de 1967;
- d) ELETROBRAS, la Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, del Brasil, o el Ente jurídico que la suceda;
- e) ANDE, la Administración Nacional de Electricidad, del Paraguay, o el Ente jurídico que la suceda;
- f) ITAIPU, la entidad binacional creada por el presente Tratado.

Artículo III. Las Altas Partes Contratantes crean, en igualdad de derechos y obligaciones, una entidad binacional denominada ITAIPU, con la finalidad de realizar el aprovechamiento hidroeléctrico a que se refiere el Artículo 1.

§ 1.º La ITAIPU será constituida por la ELETROBRAS y la ANDE, con igual participación en el capital, y se regirá por las normas establecidas en el presente Tratado, en el Estatuto que constituye su Anexo A y en los demás Anexos.

§ 2.º El Estatuto y los demás Anexos podrán ser modificados de común acuerdo por los dos Gobiernos.

Artículo IV. La ITAIPU tendrá sedes en Brasilia, Capital de la República Federativa del Brasil, y en Asunción, Capital de la República del Paraguay.

§ 1.º La ITAIPU será administrada por un Consejo de Administración y un Directorio Ejecutivo integrados por igual número de nacionales de ambos países.

§ 2.º Las actas, resoluciones, memorias u otros documentos oficiales de los organismos de administración de la ITAIPU serán redactados en los idiomas portugués y español.

Artículo V. Las Altas Partes Contratantes otorgan autorización a la ITAIPU para realizar, durante la vigencia del presente Tratado, el aprovechamiento hidroeléctrico del trecho del río Paraná referido en el Artículo 1.

Artículo VI. Forman parte del presente Tratado:

- a) el Estatuto de la entidad binacional denominada ITAIPU (Anexo A);
- b) la descripción general de las instalaciones destinadas a la producción de energía eléctrica y de las obras auxiliares, con las eventuales modificaciones que se hagan necesarias (Anexo B);
- c) las bases financieras y las de prestación de los servicios de electricidad de la ITAIPU (Anexo C).

Artículo VII. Las instalaciones destinadas a la producción de energía eléctrica y las obras auxiliares no producirán variación alguna en los límites entre los dos países, establecidos en los Tratados vigentes.

§ 1.º Las instalaciones y obras realizadas en cumplimiento del presente Tratado no conferirán, a ninguna de las Altas Partes Contratantes, derecho de propiedad ni de jurisdicción sobre cualquier parte del territorio de la otra.

§ 2.º Las autoridades declaradas respectivamente competentes por las Altas Partes Contratantes establecerán, cuando fuere el caso y por el procedimiento que juzgaren adecuado, la señalización conveniente, en las obras a ser construídas, para los efectos prácticos del ejercicio de jurisdicción y control.

Artículo VIII. Los recursos necesarios para la integración del capital de la ITAIPU serán aportados, a la ELETROBRAS y a la ANDE, respectivamente, por el Tesoro brasileño y por el Tesoro paraguayo o por los organismos financiadores que los Gobiernos indiquen.

Parágrafo único. Cualquiera de las Altas Partes Contratantes podrá, con el consentimiento de la otra, adelantarle los recursos para la integración del capital, en las condiciones establecidas de común acuerdo.

Artículo IX. Los recursos complementarios a los mencionados en el Artículo VIII, necesarios para los estudios, construcción y operación de la central eléctrica y de las obras e instalaciones auxiliares, serán aportados por las Altas Partes Contratantes u obtenidos por la ITAIPU mediante operaciones de crédito.

Artículo X. Las Altas Partes Contratantes, conjunta o separadamente, directa o indirectamente, en la forma que acordaren, darán a la ITAIPU, a solicitud de ésta, garantía para las operaciones de crédito que realizare. Asegurarán, de la misma forma, la conversión de cambio necesaria para el pago de las obligaciones asumidas por la ITAIPU.

Artículo XI. En la medida de lo posible y en condiciones comparables, la mano de obra, especializada o no, los equipos y materiales, disponibles en los dos países, serán utilizados en forma equitativa.

§ 1.º Las Altas Partes Contratantes adoptarán todas las medidas necesarias para que sus nacionales puedan emplearse, indistintamente, en trabajos efectuados en el territorio de una o de otra, relacionados con el objeto del presente Tratado.

§ 2.º Lo dispuesto en este Artículo no se aplicará a las condiciones acordadas con organismos financiadores, en lo que se refiera a la contratación de personal especializado o a la adquisición de equipos o materiales. Tampoco se aplicará lo dispuesto en este Artículo si necesidades tecnológicas así lo exigieran.

Artículo XII. Las Altas Partes Contratantes adoptarán, en lo que respecta a la tributación, las siguientes normas:

- a) no aplicarán impuestos, tasas y préstamos compulsorios, de cualquier naturaleza, a la ITAIPU y a los servicios de electricidad por ella prestados;
- b) no aplicarán impuestos, tasas y préstamos compulsorios, de cualquier naturaleza, sobre los materiales y equipos que la ITAIPU adquirirá en cualquiera de los dos países o importe de un tercer país, para utilizarlos en los trabajos de construcción de la central eléctrica, sus accesorios y obras complementarias, o para incorporarlos en la central eléctrica, sus accesorios y obras complementarias. De la misma forma, no aplicarán impuestos, tasas y préstamos compulsorios, de cualquier naturaleza, que incidan sobre las operaciones relativas a esos materiales y equipos, en las cuales la ITAIPU sea parte;
- c) no aplicarán impuestos, tasas y préstamos compulsorios, de cualquier naturaleza, sobre los lucros de la ITAIPU y sobre los pagos y remesas efectuados por ella a cualquier persona física o jurídica, siempre que los pagos de tales impuestos, tasas y préstamos compulsorios sean de responsabilidad legal de la ITAIPU;
- d) no opondrán ninguna restricción y no aplicarán ninguna imposición fiscal al movimiento de fondos de la ITAIPU que resultare de la ejecución del presente Tratado;
- e) no aplicarán restricciones de cualquier naturaleza al tránsito o al depósito de los materiales y equipos aludidos en el ítem b) de este Artículo;
- f) serán admitidos en los territorios de los dos países los materiales y equipos aludidos en el ítem b) de este Artículo.

Artículo XIII. La energía producida por el aprovechamiento hidroeléctrico a que se refiere el Artículo I será dividida en partes iguales entre los dos países, siendo reconocido a cada uno de ellos el derecho de adquisición, en la forma establecida en el Artículo XIV, de la energía que no sea utilizada por el otro país para su propio consumo.

Parágrafo único. Las Altas Partes Contratantes se comprometen a adquirir, conjunta o separadamente en la forma que acordaron, el total de la potencia instalada.

Artículo XIV. La adquisición de los servicios de electricidad de la ITAIPU será realizada por la ELETROBRAS y por la ANDE, las cuales también podrán hacerlo por intermedio de las empresas o entidades brasileñas o paraguayas que indiquen.

Artículo XV. El Anexo C contiene las bases financieras y las de prestación de los servicios de electricidad de la ITAIPU.

§ 1.º La ITAIPU pagará a las Altas Partes Contratantes, en montos iguales, *royalties* en razón de la utilización del potencial hidráulico.

§ 2.º La ITAIPU incluirá, en su costo de servicio, el monto necesario para el pago de utilidades.

§ 3.º La ITAIPU incluirá, además, en su costo de servicio, el monto necesario para compensar a la Alta Parte Contratante que ceda energía a la otra.

§ 4.º El valor real de la cantidad de dólares de los Estados Unidos de América, destinada al pago de los *royalties*, de las utilidades y de la compensación, establecida en el Anexo C, será mantenido constante, para lo cual dicha cantidad acompañará las fluctuaciones del dólar de los Estados Unidos de América, respecto a su patrón de peso y título, en oro, vigente en la fecha del canje de los Instrumentos de Ratificación del presente Tratado.

§ 5.º Este valor con relación al peso y título en oro del dólar de los Estados Unidos de América podrá ser substituído, en el caso que dicha moneda dejare de tener referida su paridad oficial respecto al oro.

Artículo XVI. Las Altas Partes Contratantes manifiestan su empeño en establecer todas las condiciones para que la entrada en servicio de la primera unidad generadora ocurra dentro del plazo de ocho años después de la ratificación del presente Tratado.

Artículo XVII. Las Altas Partes Contratantes se obligan a declarar de utilidad pública las áreas necesarias para la instalación del aprovechamiento hidroeléctrico, obras auxiliares y su explotación, así como a practicar, en las áreas de sus respectivas soberanías, todos los actos administrativos o judiciales tendientes a expropiar inmuebles y sus mejoras o a constituir servidumbre sobre los mismos.

§ 1.º La delimitación de tales áreas estará a cargo de la ITAIPU, *ad referendum* de las Altas Partes Contratantes.

§ 2.º Será de la responsabilidad de la ITAIPU el pago de las expropiaciones de las áreas delimitadas.

§ 3.º En las áreas delimitadas será libre el tránsito de personas que estén prestando servicios a la ITAIPU, así como el de bienes destinados a la misma o a personas físicas o jurídicas contratadas por ella.

Artículo XVIII. Las Altas Partes Contratantes, a través de protocolos adicionales o de actos unilaterales, adoptarán todas las medidas necesarias para el cumplimiento del presente Tratado, especialmente aquellas que tengan relación con aspectos:

- a) diplomáticos y consulares;
- b) administrativos y financieros;
- c) de trabajo y seguridad social;
- d) fiscales y aduaneros;
- e) de tránsito a través de la frontera internacional;
- f) urbanos y de vivienda;
- g) de policía y de seguridad;
- h) de control del acceso a las áreas que se delimiten de conformidad con el Artículo XVII.

Artículo XIX. La jurisdicción competente para la ITAIPU, con relación a las personas físicas o jurídicas domiciliadas o con sede en el Brasil o en el Paraguay, será, respectivamente, la de Brasilia y la de Asunción. A tal efecto, cada Alta Parte Contratante aplicará su propia legislación, teniendo en cuenta las disposiciones del presente Tratado y de sus Anexos.

Parágrafo único. Tratándose de personas físicas o jurídicas, domiciliadas o con sede fuera del Brasil o del Paraguay, la ITAIPU acordará las cláusulas que regirán las relaciones contractuales de obras y suministros.

Artículo XX. Las Altas Partes Contratantes adoptarán, por medio de un protocolo adicional que será suscrito dentro de los noventa días contados a partir de la fecha del canje de los Instrumentos de Ratificación del presente Tratado, las normas jurídicas aplicables a las relaciones de trabajo y seguridad social de los trabajadores contratados por la ITAIPU.

Artículo XXI. La responsabilidad civil y/o penal de los Consejeros, Directores, Directores Adjuntos y demás empleados brasileños de la ITAIPU, por actos lesivos para los intereses de ésta, será investigada y juzgada de conformidad con lo dispuesto en las leyes nacionales respectivas.

Parágrafo único. Para los empleados de tercera nacionalidad se procederá de conformidad con la legislación nacional brasileña o paraguaya, según tengan la sede de sus funciones en el Brasil o en el Paraguay.

Artículo XXII. En caso de divergencia sobre la interpretación o la aplicación del presente Tratado y sus Anexos, las Altas Partes Contratantes la resolverán por los medios diplomáticos usuales, lo que no retardará o interrumpirá la construcción y/o la operación del aprovechamiento hidroeléctrico y de sus obras o instalaciones auxiliares.

Artículo XXIII. La Comisión Mixta Técnica Brasileño-Paraguaya, creada el 12 de febrero de 1967 con la finalidad de realizar los estudios aludidos en el preámbulo del presente Tratado, se mantendrá constituida hasta entregar a las Altas Partes Contratantes el informe final de la misión que le fue confiada.

Artículo XXIV. El presente Tratado será ratificado y los respectivos instrumentos serán canjados, en la brevedad posible, en la ciudad de Asunción.

Artículo XXV. El presente Tratado entrará a regir en la fecha del canje de los Instrumentos de Ratificación y estará en vigencia hasta que las Altas Partes Contratantes, mediante nuevo acuerdo, adopten la decisión que estimen conveniente.

EN FE DE LO CUAL los Plenipotenciarios arriba mencionados firman el presente Tratado, en dos ejemplares, en portugués y en español, ambos textos igualmente auténticos.

HECHO en la ciudad de Brasilia, a los veinte y seis días del mes de abril del año de mil novecientos setenta y tres.

MARIO GIBSON BARBOZA

RAÚL SAPENA PASTOR

A N E X O A

ESTATUTO DE LA ITAIPU

Capítulo I. DENOMINACIÓN Y OBJETO

Artículo 1.º La ITAIPU es una entidad binacional creada por el Artículo III del Tratado firmado por el Brasil y el Paraguay el 26 de abril de 1973, y tiene como partes:

- a) la Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, sociedad anónima de economía mixta, brasileña;
- b) la Administración Nacional de Electricidad — ANDE, entidad autárquica paraguaya.

Artículo 2.º El objeto de la ITAIPU es el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hidráulicos del río Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países, desde e inclusive el Salto Grande de Sete Quedas o Salto del Guairá hasta la boca del río Yguazú.

Artículo 3.º La ITAIPU se regirá por las normas establecidas en el Tratado del 26 de abril de 1973, en el presente Estatuto y en los demás Anexos.

Artículo 4.º La ITAIPU tendrá, de acuerdo con lo que disponen el Tratado y sus Anexos, capacidad jurídica, financiera y administrativa, y también responsabilidad técnica, para estudiar, proyectar, dirigir y ejecutar las obras que tiene como objeto, ponerlas en funcionamiento y explotarlas, pudiendo, para tales efectos, adquirir derechos y contraer obligaciones.

Artículo 5.º La ITAIPU tendrá sedes en Brasilia, Capital de la República Federativa del Brasil, y en Asunción, Capital de la República del Paraguay.

Capítulo II. CAPITAL

Artículo 6.º El capital de la ITAIPU será equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cien millones de dólares de los Estados Unidos de América), perteneciente a la ELETROBRAS y a la ANDE, por partes iguales e intransferibles.

Parágrafo único. El capital se mantendrá con valor constante de acuerdo con lo dispuesto en el Parágrafo 4.º del Artículo XV del Tratado.

Capítulo III. ADMINISTRACIÓN

Artículo 7.º Son órganos de administración de la ITAIPU el Consejo de Administración y el Directorio Ejecutivo.

Artículo 8.º El Consejo de Administración estará compuesto de doce Consejeros nombrados:

- a) seis por el Gobierno brasileño, de los cuales uno será propuesto por el Ministerio de Relaciones Exteriores y dos por el ELETROBRAS;
- b) seis por el Gobierno paraguayo, de los cuales uno será propuesto por el Ministerio de Relaciones Exteriores y dos por la ANDE.

§ 1.º El Director General y el Director General Adjunto, previstos en el Artículo 12, también integrarán el Consejo, con voz pero sin voto.

§ 2.º Las reuniones del Consejo serán presididas, alternativamente, por un Consejero de nacionalidad brasileña o paraguaya y, rotativamente, por todos los miembros del Consejo.

§ 3.º El Consejo nombrará dos Secretarios, uno brasileño y otro paraguayo, que tendrán a su cargo, entre otras atribuciones, la de certificar los documentos de la ITAIPU en portugués y en español, respectivamente.

Artículo 9.º Compete al Consejo de Administración cumplir y hacer cumplir el Tratado y sus Anexos, y decidir sobre:

- a) las directivas fundamentales de administración de la ITAIPU;
- b) el Reglamento Interno;
- c) el plan de organización de los servicios básicos;
- d) los actos que importen enajenación del patrimonio de la ITAIPU, con previo parecer de la ELETROBRAS y de la ANDE;
- e) los revaluos de activo y pasivo, con previo parecer de la ELETROBRAS y de la ANDE, teniendo en cuenta lo dispuesto en el Parágrafo 4.º del Artículo XV del Tratado;
- f) las bases de prestación de los servicios de electricidad;
- g) las propuestas del Directorio Ejecutivo referentes a obligaciones y préstamos;
- h) la propuesta de presupuesto para cada ejercicio y sus revisiones, presentadas por el Directorio Ejecutivo.

§ 1.º El Consejo de Administración examinará la Memoria Anual, el Balance General y la demostración de la Cuenta de Resultados, elaborados por el Directorio Ejecutivo, y los presentará, con su parecer, a la ELETROBRAS y a la ANDE, conforme lo dispuesto en el Artículo 24 de este Estatuto.

§ 2.º El Consejo de Administración tomará conocimiento del curso de los asuntos de la ITAIPU por medio de las exposiciones que serán hechas habitualmente por el Director General o de otras que el Consejo solicite por su intermedio.

Artículo 10. El Consejo de Administración se reunirá, ordinariamente, cada dos meses y, extraordinariamente, cuando fuere convocado, por intermedio de los Secretarios, por el Director General o por la mitad menos uno de los Consejeros.

Parágrafo único. El Consejo de Administración sólo podrá decidir válidamente con la presencia de la mayoría de los Consejeros de cada país y con paridad de votos igual a la menor representación nacional presente.

Artículo 11. Los Consejeros ejercerán sus funciones por un período de cuatro años, pudiendo ser reelegidos.

§ 1.º En cualquier momento los Gobiernos podrán substituir los Consejeros que hubieran nombrado.

§ 2.º Al ocurrir vacancia definitiva de un cargo de Consejero, el respectivo Gobierno nombrará al sustituto que ejercerá el mandato por el plazo restante.

Artículo 12. El Directorio Ejecutivo, constituido por igual número de nacionales de ambos países, se compondrá del Director General y de los Directores Técnico, Jurídico, Administrativo, Financiero y de Coordinación.

§ 1.º A cada Director corresponderá un Director Adjunto de nacionalidad brasileña o paraguaya, diferente de la del titular.

§ 2.º Los Directores y los Directores Adjuntos serán nombrados por los respectivos Gobiernos, a propuesta de la ELETROBRAS o de la ANDE, según corresponda.

§ 3.º Los Directores y los Directores Adjuntos ejercerán sus funciones por un período de cinco años, pudiendo ser reelegidos.

§ 4.º En cualquier momento los Gobiernos podrán sustituir los Directores y los Directores Adjuntos que hubieren nombrado.

§ 5.º En caso de ausencia o impedimento temporal de un Director, la ELETROBRAS o la ANDE, según corresponda, designará al sustituto de entre los demás Directores, quien tendrá también derecho al voto del Director sustituido.

§ 6.º Al ocurrir vacancia definitiva de un cargo de Director, la ELETROBRAS o la ANDE, según corresponda, propondrá al sustituto que, una vez nombrado, ejercerá el mandato por el plazo restante.

Artículo 13. Son atribuciones y deberes del Directorio Ejecutivo:

- a) dar cumplimiento al Tratado y sus Anexos, y a las decisiones del Consejo de Administración;
- b) cumplir y hacer cumplir el Reglamento Interno;
- c) practicar los actos de administración necesarios para la conducción de los asuntos de la entidad;
- d) proponer al Consejo de Administración las directivas fundamentales de administración;
- e) proponer al Consejo de Administración las normas de administración del personal;
- f) elaborar y someter al Consejo de Administración, en cada ejercicio, la propuesta de presupuesto para el siguiente y sus eventuales revisiones;
- g) elaborar y someter al Consejo de Administración la Memoria Anual, el Balance General y la demostración de la Cuenta de Resultados del ejercicio anterior;
- h) poner en ejecución las normas y las bases para la prestación de los servicios de electricidad;
- i) crear e instalar los escritorios técnicos y/o administrativos que juzgare necesarios y donde fueren convenientes.

Artículo 14. El Directorio Ejecutivo se reunirá, ordinariamente, por lo menos dos veces al mes y, extraordinariamente, cuando fuere convocado por el Director General o por solicitud, a éste, de uno de los Directores.

§ 1.º Las resoluciones del Directorio Ejecutivo serán adoptadas por mayoría de votos, cabiendo al Director General el voto de desempate.

§ 2.º El Directorio Ejecutivo se instalará en el lugar que juzgare más adecuado al ejercicio de sus funciones.

Artículo 15. La ITAIPU solamente podrá asumir obligaciones o constituir apoderados con la firma conjunta del Director General y de otro Director.

Artículo 16. Los honorarios de los Consejeros, de los Directores y de los Directores Adjuntos serán fijados, anualmente, por la ELETROBRAS y por la ANDE, de común acuerdo.

Artículo 17. El Director General es el responsable de la coordinación, organización y dirección de las actividades de la ITAIPU y la representará, en juicio o fuera de él, compitiéndole practicar todos los actos de administración ordinaria necesarios al funcionamiento de la entidad, con exclusión de los atribuidos al Consejo de Administración y al Directorio Ejecutivo. Le caben, además, los actos de admisión y terminación de funciones del personal.

Artículo 18. El Director Técnico es el responsable de la conducción del proyecto, construcción de las obras y operación de las instalaciones.

Artículo 19. El Director Jurídico es el responsable de la conducción de los asuntos jurídicos de la entidad.

Artículo 20. El Director Administrativo es el responsable de la administración del personal y de la dirección de los servicios generales.

Artículo 21. El Director Financiero es el responsable de la ejecución de la política económico-financiera, de abastecimientos y de compras.

Artículo 22. El Director de Coordinación es el responsable de la conducción de las gestiones administrativas ante las autoridades de los dos países.

Artículo 23. Los Directores Adjuntos tendrán las atribuciones que, de común acuerdo con los respectivos titulares, les fueren delegadas por estos.

§ 1.º Los Directores Adjuntos se mantendrán informados de los asuntos de las respectivas Direcciones e informarán la marcha de aquellos que les fueren confiados.

§ 2.º Los Directores Adjuntos asistirán a las reuniones del Directorio Ejecutivo, con voz pero sin voto.

Capítulo IV. EJERCICIO FINANCIERO

Artículo 24. El ejercicio financiero se cerrará el 31 de diciembre de cada año.

§ 1.º La ITAIPU presentará, hasta el 30 de abril de cada año, para decisión de la ELETROBRAS y de la ANDE, la Memoria Anual, el Balance General y la demostración de la Cuenta de Resultados del ejercicio anterior.

§ 2.º La ITAIPU adoptará la moneda de los Estados Unidos de América como referencia para la contabilización de sus operaciones. Esta referencia podrá ser substituida por otra, mediante entendimiento entre los dos Gobiernos.

Capítulo V. DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 25. Serán incorporados por la ITAIPU, como integración de capital por parte de la ELETROBRAS y de la ANDE, los gastos realizados por las referidas empresas, con anterioridad a la constitución de la entidad, en los siguientes trabajos:

- a) estudios resultantes del Convenio de Cooperación firmado el 10 de abril de 1970;
- b) obras preliminares y servicios relacionados con la construcción del aprovechamiento hidroeléctrico.

Artículo 26. Los Consejeros, Directores, Directores Adjuntos y demás empleados no podrán ejercer funciones de dirección, administración o consulta en empresas abastecedoras o contratistas de cualesquiera materiales y servicios utilizados por la ITAIPU.

Artículo 27. Podrán prestar servicios a la ITAIPU los funcionarios públicos, empleados de entes autárquicos y de economía mixta, brasileños o paraguayos, sin pérdida del vínculo original ni de los beneficios de jubilación y/o seguridad social, teniendo en cuenta las respectivas legislaciones nacionales.

Artículo 28. El Reglamento Interno de la ITAIPU, mencionado en el Artículo 9.º, será propuesto por el Directorio Ejecutivo a la aprobación del Consejo de Administración y contemplará, entre otros, los siguientes asuntos: a) régimen contable y financiero; el régimen para la obtención de ofertas, adjudicación y contratación de servicios y obras, y adquisición de bienes; normas para el ejercicio de las funciones de los integrantes del Consejo de Administración y del Directorio Ejecutivo.

Artículo 29. Los casos no previstos en este Estatuto y que no pudieren ser resueltos por el Consejo de Administración, serán solucionados por los dos Gobiernos, previo parecer de la ELETROBRAS y de la ANDE.

ANEXO B

DESCRIPCIÓN GENERAL DE LAS INSTALACIONES DESTINADAS A LA PRODUCCIÓN DE ENERGÍA ELÉCTRICA Y DE LAS OBRAS AUXILIARES

I. OBJETO

El objeto del presente Anexo es describir e identificar, en sus partes principales, el Proyecto del Aprovechamiento Hidroeléctrico del río Paraná, en el sitio llamado Itaipú, en adelante denominado el Proyecto.

Este Anexo fue redactado en base al « Informe Preliminar » sometido por la Comisión Mixta Técnica Brasileño-Paraguaya a los Gobiernos del Brasil y del Paraguay en fecha 12 de enero de 1973.

Las obras descritas en el presente Anexo podrán sufrir modificaciones o adiciones, inclusive en sus cotas y medida, por exigencias técnicas que se verifiquen durante su ejecución. Además, si por exigencias de la misma naturaleza se demostrare la necesidad de una reducción substancial de la cota del coronamiento de la presa, será considerada la conveniencia de la ejecución adicional de otro aprovechamiento hidroeléctrico aguas arriba, conforme a lo previsto en el « Informe Preliminar » antes citado.

II. DESCRIPCIÓN GENERAL

1. *Localización.* El Proyecto estará situado sobre el río Paraná, aproximadamente 14 km. aguas arriba del puente internacional que une Foz de Yguazú, en el Brasil, con Puerto Presidente Stroessner, en el Paraguay.

2. *Disposición general.* El Proyecto estará constituido por una presa principal de gravedad, en concreto, a través del río Paraná, con una casa de máquinas al pie de la misma, y por presas laterales de enrocado y diques de tierra en cada margen del río. La presa lateral en la margen derecha incluye la estructura del vertedero con las respectivas compuertas.

Las obras del Proyecto tendrán la orientación general este-oeste, a lo largo de un eje en línea quebrada, con un desarrollo total de 8,5 km. El nivel de agua máximo normal en el embalse fue establecido alrededor de la cota 220 m sobre el nivel del mar. Este embalse inundará un área de aproximadamente 1.400 km² (800 km² en el Brasil y 600 km² en el Paraguay), y se extenderá, aguas arriba, alrededor de 200 km hasta e inclusive el Salto Grande de Sete Quedas o Salto del Guairá.

III. COMPONENTES PRINCIPALES DEL PROYECTO

Comenzando por la margen derecha, el Proyecto incluye las siguientes partes componentes principales sucesivas:

1. *Dique lateral derecho.* Un dique de tierra con coronamiento en la cota 225 m, una longitud de 700 m y un volumen de 103.000 m³.

2. *Vertedero.* Un vertedero en concreto, dotado de 14 compuertas, con longitud de 380 m, capaz de verter hasta 58.000 m³/seg., con canal de acceso excavado aguas arriba del vertedero. Un canal revestido de concreto conducirá la descarga del vertedero al río Paraná, cerca de 1.500 m aguas abajo de la presa principal.

3. *Presa lateral derecha.* Una presa de enrocado con coronamiento en la cota 225 m, una longitud de 800 m y un volumen de 3.514.000 m³, que une el vertedero a la presa principal.

4. *Presa principal y obras de toma.* La presa principal será una estructura de gravedad, en concreto macizo, con coronamiento en la cota 224 m, una longitud de 1.400 m y un volumen de 6.800.000 m³, a construirse a través del río Paraná y del canal, en la margen izquierda, que será excavado para el desvío provisional del río. La presa tendrá 14 aberturas para obras de toma, provistas de compuertas. Cada una de esas obras de toma dará acceso a una turbina, en la casa de máquinas, por medio de una tubería de presión.

5. *Casa de máquinas.* La casa de máquinas estará ubicada al pie de la presa principal, con una longitud de 900 m, y contendrá 14 unidades generadoras de 765 megawatts cada una. Cuatro de estas unidades estarán ubicadas en la parte de la presa y obra de toma a ser construídas a través del canal de desvío. La plataforma superior de la casa de máquinas estará en la cota 139 m y sobre la misma serán ubicadas las instalaciones transformadoras para elevar la tensión de generación.

6. *Presa en la margen izquierda.* Una presa de gravedad en concreto, de una longitud de 250 m y un volumen de 1.100.000 m³, que tendrá aberturas bloqueadas y conexiones para la construcción de una obra de toma destinada a la expansión eventual de la central.

7. *Presa lateral izquierda.* Una presa de enrocado con coronamiento en la cota 225 m, de una longitud de 2.000 m y de un volumen de 13.145.000 m³.

8. *Dique lateral izquierdo.* Un dique de tierra con coronamiento en la cota 225 m, de una longitud de 3.000 m y de un volumen de 3.115.000 m³.

9. *Dique complementario de Hernandarias.* Un dique menor, de tierra, a ser ubicado en la margen derecha, a una distancia de aproximadamente 4,5 km al oeste de la presa principal, en las proximidades de la ciudad de Hernandarias. Ese dique estará destinado a cerrar una depresión donde podría ocurrir un derrame del embalse al nivel máximo de crecida.

10. *Subestaciones seccionadoras.* Dos subestaciones seccionadoras, a ser ubicadas una en cada margen, aproximadamente a 600 m aguas abajo de la casa de máquinas.

11. *Obras para la navegación.* El Proyecto incluirá las obras que fueren necesarias para atender a los requisitos del tráfico de navegación fluvial, tales como: terminales y conexiones terrestres, esclusas, canales, elevadores, y sus similares.

ANEXO C

BASES FINANCIERAS Y DE PRESTACIÓN DE LOS SERVICIOS DE ELECTRICIDAD DE LA ITAIPU

I. DEFINICIONES

Para los efectos del presente Anexo se entenderá por:

1.1. *Entidades:* la ELETROBRAS, la ANDE, o las empresas o entidades brasileñas o paraguayas por ellas indicadas, conforme al Artículo XIV del Tratado firmado por el Brasil y el Paraguay el 26 de abril de 1973.

1.2. *Potencia instalada:* la suma de las potencias nominales de placa, expresadas en kilowatts, de los alternadores instalados en la central eléctrica.

1.3. *Potencia contratada:* la potencia en kilowatts que la ITAIPU pondrá, con carácter permanente, a disposición de la entidad compradora, durante los períodos de tiempo y en las condiciones de los respectivos contratos de compra-venta de los servicios de electricidad.

1.4. *Cargas financieras:* todos los intereses, tasas y comisiones pertinentes a los préstamos contratados.

1.5. *Gastos de explotación:* todos los gastos imputables a la prestación de los servicios de electricidad, incluidos los gastos directos de operación y de mantenimiento, inclusive las reparaciones causadas por el desgaste normal, gastos de administración y generales, además de los seguros contra los riesgos de los bienes e instalaciones de la ITAIPU.

1.6. *Lapso de operación y facturación:* el mes calendario.

1.7. *Cuanta de explotación:* el balance anual entre el ingreso y el costo del servicio.

II. CONDICIONES DE ABASTECIMIENTO

II.1. La división en partes iguales de la energía establecida en el Artículo XIII del Tratado, será efectuada por medio de la división de la potencia instalada en la central eléctrica.

11.2. Cada entidad, en el ejercicio de su derecho a la utilización de la potencia instalada, contratará con la ITAIPU, por períodos de veinte años, fracciones de la potencia instalada en la central eléctrica, en función de un cronograma de utilización que abarcará ese lapso e indicará, para cada año, la potencia a ser utilizada.

11.3. Cada una de las entidades entregará a la ITAIPU el cronograma mencionado más arriba, dos años antes de la fecha prevista para la entrada en operación comercial de la primera unidad generadora de la central eléctrica y dos años antes del término del primero y de los subsiguientes contratos de veinte años.

11.4. Cada entidad tiene el derecho de utilizar la energía que puede ser producida por la potencia por ella contratada hasta el límite que será establecido, para cada lapso de operación, por la ITAIPU. Queda entendido que cada entidad podrá utilizar dicha potencia por ella contratada, durante el tiempo que le conviniera, dentro de cada lapso de operación, desde que la energía por ella utilizada, en todo ese lapso, no exceda el límite arriba mencionado.

11.5. Cuando una entidad decida no utilizar parte de la potencia contratada o parte de la energía correspondiente a la misma, dentro del límite fijado, podrá autorizar a la ITAIPU a ceder a las otras entidades la parte que así se vuelve disponible, tanto de potencia como de energía, en el lapso mencionado en el 11.4., en las condiciones establecidas en el IV.3.

11.6. La energía producida por la ITAIPU será entregada a las entidades en el sistema de barras de la central eléctrica, en las condiciones establecidas en los contratos de compra-venta.

III. COSTO DEL SERVICIO DE ELECTRICIDAD

El costo del servicio de electricidad estará compuesto de las siguientes partes anuales:

III.1. El monto necesario para el pago, a las partes que constituyen la ITAIPU, de utilidades del doce por ciento anual sobre su participación en el capital integrado, de acuerdo con el Parágrafo 1.º del Artículo III del Tratado y con el Artículo 6.º del Estatuto (Anexo A).

III.2. El monto necesario para el pago de las cargas financieras de los préstamos recibidos.

III.3. El monto necesario para el pago de la amortización de los préstamos recibidos.

III.4. El monto necesario para el pago de las *royalties* a las Altas Partes Contratantes, calculado en el equivalente de seiscientos cincuenta dólares de los Estados Unidos de América por gigawatt-hora generado y medido en la central eléctrica. Este monto no podrá ser inferior, anualmente, a diez y ocho millones de dólares de los Estados Unidos de América, a razón de la mitad para cada Alta Parte Contratante. El pago de las *royalties* se realizará mensualmente, en la moneda disponible por la ITAIPU.

III.5. El monto necesario al pago, a la ELETROBRAS y a la ANDR, en partes iguales, a título de resarcimiento de las cargas de administración y supervisión relacionadas con la ITAIPU, calculadas en el equivalente de cincuenta dólares de los Estados Unidos de América por gigawatt-hora generado y medido en la central eléctrica.

III.6. El monto necesario para cubrir los gastos de explotación.

III.7. El monto del saldo, positivo o negativo, de la cuenta de explotación del ejercicio anterior.

III.8. El monto necesario para la compensación a una de las Altas Partes Contratantes, equivalente a trescientos dólares de los Estados Unidos de América, por gigawatt-hora cedido a la otra Alta Parte Contratante. Esta compensación se efectuará mensualmente en la moneda disponible por la ITAIPU.

IV. INGRESOS

IV.1. El ingreso anual, derivado de los contratos de prestación de los servicios de electricidad, deberá ser igual, cada año, al costo del servicio establecido en este Anexo.

IV.2. Este costo será distribuido en forma proporcional a las potencias contratadas por las entidades abastecidas.

IV.3. Cuando se verificare la hipótesis prevista en el II.5 anterior, la facturación a las entidades contratantes será hecha en función de la potencia efectivamente utilizada.

IV.4. Cuando no se verificare la hipótesis prevista en el II.5, y teniéndose en cuenta lo dispuesto en el Artículo XIII del Tratado y en el IV.2 arriba, la responsabilidad de la entidad que contrató la compra será la correspondiente a la totalidad de la potencia contratada.

V. OTRAS DISPOSICIONES

V.1. El Consejo de Administración, previo parecer de la FLETROBRAS y de la ANDE, reglamentará las normas del presente Anexo, teniendo como objeto la mayor eficiencia de la ITAIPU.

V.2. El valor de las utilidades, de los *royalties*, del resarcimiento de las cargas y de la compensación mencionados, respectivamente, en el III.1, el III.4, el III.5 y el III.8 anteriores, se mantendrá constante de acuerdo con lo establecido en el Parágrafo 4.º del Artículo XV del Tratado.

VI. REVISIÓN

Las disposiciones del presente Anexo serán revisadas, después de transcurrido un plazo de cincuenta años a partir de la entrada en vigor del Tratado, teniendo en cuenta, entre otros conceptos, el grado de amortización de las deudas contraídas por la ITAIPU para la construcción del aprovechamiento, y la relación entre las potencias contratadas por las entidades de ambos países.

EXCHANGES OF NOTES — ÉCHANGES DE NOTES

Ia

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 26 de abril de 1973

O/SG/DAA/DAM-I/01/24HB46(R44)

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro, através de um de seus organismos financeiros, abriu um crédito, a favor da Administración Nacional de Electricidad — ANDE, do Paraguai, no valor equivalente a cinquenta milhões de dólares (US\$ 50.000.000,00). Tal crédito é destinado à integralização do capital da ITAIPU, previsto no Artigo 6.º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

2. Como garantia deste empréstimo, a ANDE reservará a parte necessária dos rendimentos sobre o capital a que venha a fazer jus em conformidade com a Parte III do Anexo C ao Tratado.

3. O plano de desembolso do empréstimo se ajustará ao esquema de integralização do capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração da ITAIPU.

4. A taxa de juros cobrada ao empréstimo será de 6% ao ano.

5. Os juros devidos serão capitalizados anualmente e incorporados ao valor do principal até se cumprirem os oito anos depois do desembolso inicial. Esse prazo, todavia, não terminará antes do pagamento, pela ITAIPU, do primeiro rendimento anual sobre o capital, estabelecido na Parte III do citado Anexo C.

6. O período de amortização estender-se-á por cinquenta anos após terminado o prazo mencionado no parágrafo anterior.

7. O empréstimo será pago pela ANDE em parcelas anuais iguais, incluindo amortização do principal e juros, durante seu prazo de amortização.

8. As anuidades serão pagas em moeda nacional do Brasil.

9. Caso o Governo do Paraguai concorde com o que antecede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta à presente, constituirão acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

MÁRIO GIBSON BARBOZA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

IIa

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Brasília, 26 de abril de 1973

N.R. 3.

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de acusar recibo de su nota del día de la fecha, cuyo texto en español es el siguiente:

13164

« Señor Ministro, Tengo el honor de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno brasileño, a través de uno de sus organismos financieros, abrirá un crédito, a favor de la Administración Nacional de Electricidad — ANDE, del Paraguay, por valor equivalente a cincuenta millones de dólares (US\$ 50.000.000,00). Tal crédito está destinado a la integración del capital de la ITAIPU, previsto en el Artículo 6.º del Anexo A al Tratado celebrado en esta fecha entre la República Federativa del Brasil y la República del Paraguay.

« 2. Como garantía de este préstamo, la ANDE reservará la parte necesaria de las utilidades a que venga a tener derecho de conformidad con la parte III del Anexo C al Tratado.

« 3. El plan de desembolso del préstamo se ajustará al esquema de integración del capital a ser aprobado por el Consejo de Administración de la ITAIPU.

« 4. La tasa de interés del préstamo será de seis por ciento anual.

« 5. Los intereses debidos serán capitalizados anualmente e incorporados al valor del principal hasta cumplirse los ocho años después del desembolso inicial. Este plazo, sin embargo, no terminará antes del pago, por la ITAIPU, de la primera utilidad anual, establecida en la parte III del citado Anexo C.

« 6. El período de amortización se extenderá por cincuenta años después de terminado el plazo mencionado en el párrafo anterior.

« 7. El préstamo será pagado por la ANDE en cuotas anuales iguales, incluyendo amortización del principal e intereses, durante su plazo de amortización.

« 8. Las anualidades serán abonadas en moneda nacional del Brasil.

« 9. En caso de que el Gobierno del Paraguay concuerde con lo que antecede, esta Nota y la de Vuestra Excelencia, en respuesta a la presente, constituirán un acuerdo entre los dos Gobiernos.

« Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. Fdo: MARIO GIBSON BARBOZA. »

En respuesta, me es grato transmitir a Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de mi país con el texto de la nota precedentemente transcrita y por consiguiente, la misma y la presente nota constituyen un Acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

RAÚL SAPENA PASTOR

A Su Excelencia Embajador Mario Gibson Barboza
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
Brasilia

15

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 26 de abril de 1973

G/SG/DAA/DAM-I/02/24 (B46)(1944)

Senhor Ministro,

Com referência ao Artigo X do Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro dará garantia, nos termos abaixo relacionados, aos créditos que venham a ser contratados pela ITAIPU, destinados ao pagamento de bens e serviços necessários à construção da hidroelétrica a cargo da citada entidade.

2. Para os fins de concessão da garantia acima referida, a ITAIPU submeterá previamente ao Governo brasileiro, com o conhecimento do Governo do Paraguai, as minutas dos contratos de financiamento relativos às operações de crédito em questão, bem como, quando solicitados, os contratos celebrados que tenham como objetivo a utilização dos recursos de tais financiamentos.

3. Os recursos em moedas de terceiros países, resultantes de operações financeiras, deverão ser negociados no mercado brasileiro de câmbio.

4. Aprovado o contrato, o Governo brasileiro concederá, no decurso do período de construção da hidroelétrica de ITAIPU, garantia de conversibilidade e de transferibilidade, através do mercado brasileiro de câmbio, aos pagamentos e amortizações e acessórios, em moedas de terceiros países, previstos nos contratos e observadas as leis, normas e disposições regulamentares que, tendo em conta o Tratado, se apliquem a empréstimos e créditos garantidos pelo Governo brasileiro.

5. Durante o período de operação da referida hidroelétrica, a garantia do Governo brasileiro à conversibilidade e transferibilidade dos compromissos em moeda estrangeira será concedida em proporção igual à que se verificar entre a potência contratada pelo Brasil e o total da potência instalada na central elétrica, segundo o previsto na Parte IV do Anexo C.

6. Caso o Governo do Paraguai concorde com o que antecede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta à presente, constituirão acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

MÁRIO GIBSON BARBOZA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

Ilb

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Brasília, 26 de abril de 1973

N.R.4.

Señor Ministro,

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de acusar recibo de su nota del día de la fecha, cuyo texto en español es el siguiente:

« Señor Ministro, Con referencia al Artículo X del Tratado celebrado en esta fecha entre la República Federativa del Brasil y la República del Paraguay, tengo el honor de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno brasileño dará garantía, en los términos abajo relacionados, a los créditos que sean contratados por la ITAIPU, destinados al pago de bienes y servicios necesarios para la construcción de la hidroeléctrica a cargo de la citada entidad.

« 2. Para los fines de concesión de la garantía arriba referida, la ITAIPU someterá previamente al Gobierno brasileño, con el conocimiento del Gobierno del Paraguay, los borradores de los contratos de financiamiento relativos a las operaciones de crédito en cuestión, así como, cuando sean solicitados, los contratos celebrados que tengan como objetivo la utilización de los recursos de tales financiamientos.

« 3. Los recursos en monedas de terceros países, resultantes de operaciones financieras, deberán ser negociados en el mercado brasileño de cambio.

« 4. Aprobado el contrato, el Gobierno brasileño concederá, en el transcurso del período de construcción de la hidroeléctrica de la ITAIPU, garantía de convertibilidad y

de transferibilidad, a través del mercado brasileño de cambio, a los pagos de amortizaciones y accesorios, en monedas de terceros países, previstos en los contratos y observando las leyes, normas y disposiciones reglamentarias que, teniendo en cuenta el Tratado, se apliquen a préstamos y créditos garantizados por el Gobierno brasileño.

« 5. Durante el periodo de operación de la referida hidroeléctrica, la garantía del Gobierno brasileño para la convertibilidad y transferibilidad de los compromisos en moneda extranjera será concedida en proporción igual a la que se verifique entre la potencia contratada por el Brasil y el total de la potencia instalada en la central eléctrica, según lo previsto en la parte IV del Anexo C.

« 6. En caso de que el Gobierno del Paraguay concuerde con lo que antecede, esta Nota y la de Vuestra Excelencia, en respuesta a la presente, constituirán un acuerdo entre los dos Gobiernos.

« Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración, Fdo: MARIO GIBSON BARBOZA. »

En respuesta, me es grato transmitir a Vuestra Excelencia a la conformidad del Gobierno de mi país con el texto de la nota precedentemente transcrita y por consiguiente, la misma y la presente nota constituyen un Acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

RAÚL SAPENA PASTOR

A Su Excelencia Embajador Mario Gibson Barboza
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
Brasilia

le

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 26 de abril de 1973

G/SG/DAA/DAM-1/03/241(B46XB44)

Senhor Ministro,

Com referência ao disposto no Parágrafo único do Artigo XIII do Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro, por intermédio da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — FLETROBRÁS, ou das entidades por esta indicadas, se compromete a celebrar contratos com a ITAIPU, nas condições estabelecidas no referido Tratado e seus Anexos, de maneira que o total da potência contratada seja igual ao total da potência instalada.

2. A ANDE ou as empresas ou entidades por ela indicadas, no primeiro contrato que, por um período de vinte anos, celebrem com a ITAIPU, terão direito a uma tolerância de 20% a mais e a menos na potência contratada a ser estabelecida no cronograma de utilização. Esta tolerância será reduzida a 10% a mais e a menos no segundo contrato de vinte anos. Não obstante, se a faixa de tolerância resultante da aplicação das percentagens citadas acima chegar a ser inferior a 100.000 quilowatts, ditas percentagens serão aumentadas até que a tolerância alcance um valor de 100.000 quilowatts.

3. Caso o Governo do Paraguai concorde com o que antecede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta à presente, constituirão acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

MÁRIO GIBSON BARBOZA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

Uc

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Brasilia, 26 de abril de 1973

N.R. 5.

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de acusar recibo de su nota del día de la fecha, cuyo texto en español es el siguiente:

« Señor Ministro, Con referencia a lo dispuesto en el Parágrafo único del Artículo XIII del Tratado celebrado en esta fecha entre la República Federativa del Brasil y la República del Paraguay, tengo el honor de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno brasileño, por intermedio de la Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, o de las entidades por ésta indicadas, se compromete a celebrar contratos con la ITAIPU, en las condiciones establecidas en el referido Tratado y sus Anexos, de manera que el total de la potencia contratada sea igual al total de la potencia instalada.

« 2. La ANDE o las empresas o entidades por ella indicadas, en el primer contrato que, por un período de veinte años, celebren con la ITAIPU, tendrán derecho a una tolerancia de 20% en más y en menos en la potencia contratada a ser establecida en el cronograma de utilización. Esta tolerancia será reducida al 10% en más y en menos en el segundo contrato de veinte años. No obstante, si la faja de tolerancia resultante de la aplicación de los porcentajes citados arriba llegare a ser menor que 100.000 kilowatts, dichos porcentajes serán aumentados hasta que la tolerancia alcance un valor de 100.000 kilowatts.

« 3. En caso de que el Gobierno del Paraguay concuerde con lo que antecede, esta Nota y la de Vuestra Excelencia, en respuesta a la presente, constituirán un acuerdo entre los dos Gobiernos.

« Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. *Fdo:* MARIO GIBSON BARBOZA. »

En respuesta, me es grato transmitir a Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de mi país con el texto de la nota precedentemente transcrita y por consiguiente, la misma y la presente nota constituyen un Acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

RAÚL SAPENA PASTOR

A Su Excelencia Embajador Mario Gibson Barboza
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
Brasilia

Id

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 26 de abril de 1973

G/SG/DAA/DAM-1/04/66-11(B46)(B44)

Senhor Ministro,

Com referência aos Artigos XVII, Parágrafo 1.º, e XXII do Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao

conhecimento de Vossa Excelência que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil designará um representante para que, com aquele que o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai designe para o mesmo efeito, encaminhe os assuntos concernentes aos Artigos acima mencionados.

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor e mesma data, constituem acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

MÁRIO GIBSON BARBOZA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

11d

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Brasília, 26 de abril de 1973

N.R. 6.

Señor Ministro:

Con referencia a los Artículos XVII, Parágrafo 1.º, y XXII del Tratado celebrado en esta fecha entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil, tengo el honor de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay designará un Representante para que, con el que el Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil designe para el mismo efecto, encamine los asuntos concernientes a los Artículos arriba mencionados.

La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de idéntico tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

RAÚL SAPENA PASTOR

A Su Excelencia Embajador Mario Gibson Barboza
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
Brasília

1e

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 26 de abril de 1973

G/SO/DAA/DAM-1/05/241(346)(B44)

Senhor Ministro,

Com referência ao Artigo 12, Parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo do Brasil convém com o Governo do Paraguai no seguinte:

12164

- a) os Diretores Geral, Técnico e Financeiro da Diretoria Executiva da ITAIPU serão nomeados pelo Governo do Brasil;
- b) os Diretores Jurídico, Administrativo e de Coordenação serão nomeados pelo Governo do Paraguai;
- c) os Diretores Adjuntos, previstos no Parágrafo 1.º do citado Artigo 12, serão nomeados de tal maneira que a cada Diretor corresponda um Diretor Adjunto, de nacionalidade diferente da do titular;
- d) este acordo sobre nomeações dos Diretores e Diretores Adjuntos terá efeito durante os dois primeiros períodos de cinco anos;
- e) a partir do terceiro período, os Diretores e Diretores Adjuntos serão nomeados de acordo com o que convierem os dois Governos.

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor e mesma data, constituem acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

MÁRIO GIBSON BARBOZA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

IIe

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Brasília, 26 de abril de 1973

N.R. 7.

Señor Ministro:

Con referencia al Artículo 12, Parágrafos 1.º, 2.º, y 3.º del Anexo A al Tratado celebrado en esta fecha entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil, tengo el honor de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno del Paraguay conviene con el Gobierno del Brasil en lo siguiente:

- a) Los Directores Jurídico, Administrativo y de Coordinación del Directorio Ejecutivo de la ITAIPU serán nombrados por el Gobierno del Paraguay;
- b) Los Directores General, Técnico y Financiero serán nombrados por el Gobierno del Brasil;
- c) Los Directores Adjuntos, previstos en el Parágrafo 1.º del citado Artículo 12, serán nombrados de tal manera que a cada Director corresponda un Director Adjunto, de nacionalidad diferente a la del titular;
- d) Este acuerdo sobre nombramientos de los Directores y de los Directores Adjuntos tendrá efecto durante los dos primeros períodos de cinco años;
- e) A partir del tercer período, los Directores y Directores Adjuntos serán nombrados de acuerdo con lo que conviniere los dos Gobiernos.

2. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de idéntico tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

RAÚL SAPENA PASTOR

A Su Excelencia Embajador Mario Gibson Barboza
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
Brasília

17

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 26 de abril de 1973

G/SG/DAA/DAM-1/06/241(B46)(B44)

Senhor Ministro,

Com referência ao item 11 do Anexo B ao Tratado celebrado nesta data entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, em matéria de navegação, o entendimento do Governo brasileiro é o seguinte:

- a) o projeto incluirá as obras que forem necessárias para atender aos requisitos do tráfego de navegação fluvial, tais como terminais e conexões terrestres, eclusas, canais, elevadores, e seus similares. Os recursos para esse fim serão adjudicados em forma a ser estabelecida pelas Altas Partes Contratantes no momento oportuno;
- b) durante a construção do aproveitamento hidroelétrico a ITAIPU assegurará, através de instalações terminais a jusante da obra, o transporte rodoviário, anteriormente feito por via fluvial no trecho atualmente navegável, até Porto Mendes.

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor e mesma data, constituem acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

MÁRIO GIBSON BARBOZA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

117

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Brasília, 26 de abril de 1973

N.R.B.

Señor Ministro:

Con referencia al ítem 11 del Anexo B al Tratado celebrado en esta fecha, entre el Gobierno de la República del Paraguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, tengo el honor de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que, en materia de navegación, el entendimiento del Gobierno del Paraguay es el siguiente:

- a) El proyecto incluirá las obras que fueren necesarias para atender a los requerimientos del tráfico de navegación fluvial, tales como terminales y conexiones terrestres, eclusas, canales, elevadores, y sus similares. Los recursos para ese fin serán asignados en forma a ser establecida por las Altas Partes Contratantes en el momento oportuno;
- b) Durante la construcción del aprovechamiento hidroeléctrico la ITAIPU asegurará, a través de instalaciones terminales aguas abajo de la obra, el transporte por carretera, anteriormente realizado por vía fluvial en el trecho actualmente navegable, hasta Puerto Mendes.

2. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de idéntico tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovocho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

RAÚL SAPENA PASTOR

A Su Excelencia Embajador Mario Gibson Barboza
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
Brasilia
